

**AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL
PARA O DESENVOLVIMENTO DA LUSOFONIA:
ANÁLISE DOS GOVERNOS LULA E DILMA**

Andrik Barbosa Risso (UENF)

andrikrisso@hotmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

João Batista da Silva Santos (UENF)

joaosanto.92@gmail.com

Rafaela Sepulveda Aleixo Lima (UENF)

rafaelasepulveda@gmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UENF)

arruda@uenf.br

RESUMO

A partir da expansão imperialista de Portugal ao explorar novas terras, se difundiu, consequentemente, a língua portuguesa. Este processo resultou na expansão linguística do português pelo mundo, e hoje contamos com oito países que têm o português como língua oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). E é a partir desta rede que nasce o conceito de Lusofonia. A relação entre estes Estados por meio de sua semelhança linguística acaba resultando em uma integração, que foi oficializada por meio de acordos e tratados, que transformariam a lusofonia em uma instituição. O governo brasileiro mostra-se interessado nessa cooperação e nos assuntos lusófonos desde o Governo de José Sarney (1985-1990). De lá para cá, as políticas linguísticas tiveram objetivos macros, resultando na reforma ortográfica da língua portuguesa e até mesmo na criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Este trabalho tem como objetivo analisar a política externa dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016) sobre a relação do Brasil com a Lusofonia, entender as políticas linguísticas deste período e identificar os investimentos na integração linguística e sua importância para o status da língua portuguesa no cenário internacional, e também, no estabelecimento do Brasil como potência política e econômica emergente no globo.

Palavras-chave:

Lusofonia. PT. Políticas linguísticas. Política externa brasileira.

RÉSUMÉ

À partir de l'expansion impérialiste du Portugal pour explorer de nouveaux terrains, s'est diffusé, par conséquent, la langue portugaise. Ce processus a résulté à l'expansion linguistique du portugais dans le monde entier, et aujourd'hui nous comptons avec huit pays qui ont le portugais comme langue officielle (Angola, Brésil, Cap Vert, Guinée-Bissau, Mozambique, Portugal, Saint Thomé et Prince et Timor

Leste). Et c'est à partir de ce réseau qui naît le concept de lusophonie. La relation entre ces états à travers ces affinités linguistiques abouti à une intégration qui a été officialisée par des accords et traités, qui ont transformé la lusophonie dans une institution. Le gouvernement brésilien se montre intéressé à cette coopération et aux rapports lusophones depuis le Gouvernement de José Sarney (1985-1990). D'ailleurs, les politiques linguistiques ont obtenu des objectifs macros qui ont résulté le renouvellement orthographe de la langue portugaise et aussi la création de l'Université d'Intégration Internationale de la Lusophonie Afro-Brésilienne (UNILAB). Ce travail a comme but analyser les politiques étrangères des gouvernements Lula da Silva et Dilma Rousseff (2003-2016) par rapport à la relation du Brésil avec la Lusophonie, comprendre les politiques linguistiques de cette période et identifier les investissements pour l'intégration linguistiques et son importance pour le statut de la langue portugaise sur la scène internationale, et aussi, l'établissement du Brésil comme potence politique et économique émergente du globe.

Mots-clés:

Lusophonie. PT. Politiques Linguistiques. Politique étrangère brésilienne.

1. Considerações iniciais

Este artigo propõe uma breve análise das políticas linguísticas dos governos Lula e Dilma para o desenvolvimento da lusofonia, ou seja, uma visão estratégica para uma maior cooperação entre os países de língua portuguesa, principalmente os Africanos.

Entender o processo de formação das políticas linguísticas foi considerado necessário para uma análise mais embasada de como se dá a problematização de um fenômeno linguístico, assim como o seu planejamento e a quem compete executá-lo, e como ele poderá cumprir seu objetivo para atingir um resultado preferido.

Em seguida, foi necessário entender como se deu a política externa brasileira durante os governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no que se refere à posição do Brasil no cenário internacional, ganhando destaque com líder entre os países em desenvolvimento, e buscando relações bi e multilaterais entre países do Sul, africanos e periféricos.

Isto posto, identificar as duas maiores ações executadas de políticas linguísticas do Brasil junto aos outros países que formam a rede da lusofonia. Estes foram: a ratificação do acordo ortográfico de 1990 e a criação da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

2. O planejamento linguístico

De uma forma mais direta, as políticas linguísticas são uma área multidisciplinar que comporta conhecimentos da linguística, antropologia, sociologia, história, direito, economia, politologia, etc. Essas disciplinas poderão trabalhar em função de um problema e buscar respostas sob situações concretas de acordo com as demandas de decisões políticas e planificadoras de políticas públicas. Desta forma, aqui o homem pode intervir na língua (CALVET, 2007).

O indivíduo sempre buscou uma forma de legislar, ditar o uso correto da língua e gerir a forma dela. Esta é uma forma de impor à maioria o uso da língua da minoria. Falar de políticas linguísticas também exige falar de planejamento linguístico, pois a primeira é inseparável da segunda (CALVET, 2007).

A formação de uma identidade nacional, como vimos no primeiro tópico deste capítulo, também se dá pela língua. Podemos considerar que a reforma ortográfica é um recurso de que as políticas linguísticas fazem uso por meio de intervenção normativa do Estado, pois o planejamento é justamente ele quem faz.

Primeiramente, é identificado o surgimento da sociolinguística (antes chamado de planejamento linguístico por Fishman). Este planejamento é a aplicação de uma política linguística. Para Calvet (2007), as políticas linguísticas apresentam um quadro jurídico e a reorganização linguística de um quadro de ações, e objetivam esclarecer e manter o status de uma ou mais línguas. E ainda para o autor:

É preciso distinguir com cuidado: as decisões do poder (a política) e a passagem à ação (o planejamento). Em contrapartida, os pesquisadores europeus (franceses, espanhóis, alemães) parecem mais preocupados com a questão do poder, embora os sociolinguistas catalães se situem num sistema de substituição de um poder por um outro (CALVET, 2007 p. 17)

É em 1972 que observamos o aparecimento de estudos que associam língua e nacionalismo, quando Joshua Fishman publica a sua obra *Language and Nationalism*. Outras obras como a de Robert Chaudenson, *Langues et développement* (1968), tenderam a explicar que as políticas linguísticas nascem como uma resposta aos problemas dos países em “via de desenvolvimento” ou das minorias linguísticas (CALVET, 2007).

O surgimento e a emergência de novas nações foram um grande revelador das políticas linguísticas da francofonia, anglofonia, lusofonia, etc. É preciso reforçar a ideia de que o conceito de política/planejamento

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

linguístico implica nas análises científicas de situações sociolinguísticas, e que acarretam na elaboração de intervenções sobre essas situações.

Apenas o Estado tem os meios para realizar os planejamentos e pôr em prática as suas escolhas políticas. E Calvet (2007) explica que “é por isso que, sem excluir a possibilidade de políticas linguísticas que transcendam as fronteiras (é por exemplo o caso da francofonia, mas trata-se de uma reunião de Estados)”. Sendo assim, podemos observar que as políticas linguísticas partem na sua maioria das vezes do Estado ou de uma entidade com autonomia política. E ainda para Haugen (1964), para encontrar a solução de um problema, os planos de ação alternativos são a tomada de decisão e sua aplicação.

Haugen (1964) apresenta um plano que analisa diferentes estágios de um planejamento linguístico como um “procedimento de decisão”: os problemas, os decisores, as alternativas, a avaliação e a aplicação. Vejamos:

Os problemas	Não comunicação; falar a mesma língua de formas diferentes; não falar a mesma língua.
Os decisores	Dispor de autoridade para dirigir as mudanças linguísticas; aparição de gramáticas e dicionários; progresso do ensino e difusão da literatura; intervir na língua por meio de igrejas, sociedades literárias ou científicas, etc.
As alternativas	Encontrar na “nação” meios oficiais de planejamento linguístico: a língua não considerada como puro objeto para transmitir informação, ela também deve dizer coisas sobre o falante, sobre o grupo ou o contrário (levando a diversificação). O objetivo não é gerar um código uniforme, mas levar visar a diversidade.
A avaliação	Uma forma linguística é eficaz se for fácil de aprender e de utilizar.
A aplicação	O governo controla o sistema escolar, as mídias; introduzir a reforma linguística por meio da escola.

QUADRO 1: procedimentos de decisão (CALVET, 2007).

Apoiando na ideia de que é a língua é um fato social, “uma língua não é, em si mesma, racional ou eficaz: ela responde ou não a necessida-

des sociais, ela segue ou não a progressão da demanda social” (CALVET, 2007 p. 26), portanto a organização linguística de uma sociedade responde a sua necessidade de comunicação. Portanto, o objetivo do planejador é modificar a língua para torná-la mais próxima da normalidade. O Planejamento linguístico é, por conseguinte, o suporte político que trabalha para aperfeiçoamento e de línguas.

Heinz Kloss (1967) traz à luz os conceitos de planejamento do status e o planejamento do corpus. O status, para o autor, seria a intervenção nas funções da língua e sua relação com outras línguas, e é a partir da esfera corpus que podem ocorrer: mudança de vocabulário, criação de novas palavras, luta contra os empréstimos. Desta forma, alterar o status da língua e promovê-la a função de língua oficial, inseri-la na escola, etc. Devemos lembrar que o planejamento precisa do Estado. Para Calvet (2007 p. 36), “as intervenções na língua ou nas línguas têm um caráter eminentemente social e político”.

Robert Chauderson (1991) tentou elaborar um instrumento de medida entre *corpus* e *status* da língua francesa nos países da francofonia. Vejamos o esquema a seguir para melhor entender suas definições:

- A. Status = reconhecimento
 - 1. Oficialidade
 - 2. Usos “institucionalizados”
 - 3. Educação
 - 4. Mídias de comunicação de massa
 - 5. Setor secundário e terciário privado
- B. *Corpus* = uso
 - 1. Apropriação linguística
 - 2. Vernacularização x veicularização
 - 3. Os tipos de competências
 - 4. Produção e exposição linguísticas

Calvet (2007 p. 58) nos traz uma lista de situações para pensar em uma possível criação de política linguística considerando diferentes fatores:

Dados quantitativos	Quantas línguas e quantos falantes para cada uma delas?
Dados jurídicos	Status das línguas em contato, reconhecidas ou não pela Constituição.
Dados funcionais	Línguas veiculares, línguas transnacionais, línguas gregárias, línguas de uso religioso, etc.
Dados diacrônicos	Expansão das línguas, taxa de transmissão de uma geração a outra, etc.
Dados simbólicos	Prestígio das línguas em contato, sentimentos linguísticos, estratégias de comunicação, etc.
Dados conflituosos	Tipos de relações entre as línguas, complementaridade funcional ou concorrência, etc.

QUADRO 2: Para pensar em uma política linguística (CALVET, 2007).

À luz das reflexões de Calvet (2007), elaboramos um esquema para que melhor possamos compreender como é alcançado o planejamento linguístico. Levando em consideração seus principais processos: situação sociolinguística inicial (S1), situação sociolinguística que se quer alcançar (S2), intervenção da política linguística e o planejamento linguístico.

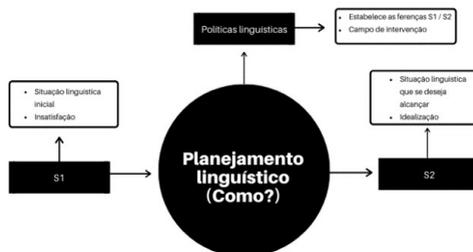


Gráfico 1 – Funcionamento do planejamento linguístico (CALVET, 2007).

Neste caso, podemos verificar que a política linguística se encontra diante de problemas de coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas (praticadas pelo povo), porém sob um certo sistema de

controle democrático, onde os decisores não fazem exatamente o que bem entendem (CALVET, 2007).

Deste modo, existem dois tipos de gestão que o Estado tem para escolher suas políticas linguísticas: *in vivo* e *in vitro*. A gestão *in vivo* é uma mudança que se propaga a seus falantes de forma consensual, enquanto a *in vitro* é imposta pelo Estado com a disposição de leis (CALVET, 2007).

Calvet (2007) estabelece as leis da linguística. Ele organiza as percepções da seguinte forma, levando em consideração que a situação linguística de um país é definida pela própria Constituição, como por exemplo, a Constituição francesa determinou em 1992 que “a língua da república é o francês”⁹¹:

- As leis que se ocupam da forma da língua, fixando, por exemplo, a grafia ou intervindo no vocabulário por meio de listas de palavras.

- As leis que se ocupam do uso que as pessoas fazem das línguas, indicando qual língua deve ser falada em dada situação ou em dado momento da vida pública, fixando, por exemplo, a língua nacional de um país ou as línguas de trabalho de uma organização.

- As leis que se ocupam das defesas das línguas, seja para assegurar-lhes uma promoção maior (internacional, por exemplo), seja para protegê-las como se protege um bem ecológico.

Em defesa da língua francesa, o governo francês dispõe de estruturas antigas como a Academia Francesa e outros mais recentes, como a Delegação Geral para a Língua Francesa), e procura intervir principalmente no domínio da terminologia. Esses tipos de manifestações do governo aparecem principalmente por meio de decretos, textos legislativos ou leis.

Nos anos 1990, o governo francês investiu consideravelmente no quadro de instituições francófonas multinacionais e em pesquisas na área da “indústria da língua”. O objetivo era garantir o uso da língua francesa no ramo da informática (programas de computador, etc.) e na área das comunicações modernas (infovias, rede tipo internet, etc.) e também na

⁹¹ FRANÇA. [Constituição (1958)]. *Constituição da República Francesa*: promulgada em 4 de outubro de 1958. Paris. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=LEGITEXT000006071194>. Acesso em 23 de novembro de 2019.

produção de vocabulário no domínio tecnológico. Isso tudo para barrar a tendência do empréstimo de palavras em inglês que se difundiam rapidamente nessas devidas áreas.

3. Estratégias da política externa brasileira durante o governo PT

Para a melhor compreensão histórica sobre o dado momento em que o Brasil começou a se preocupar com as trocas interculturais, vê-se preciso realizar uma breve discussão sobre as estratégias da política externa brasileira, principalmente durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016), onde os devidos governantes (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) apresentaram uma atenção privilegiada para este assunto em suas agendas.

Durante o governo Lula, uma de suas estratégias para a política externa do Brasil foi abandonar o mecanismo de dependência para situar o Brasil entre as nações que andam por si só, mesmo tendo ainda o apoio de seus governos que acabaram sendo convertidos em agentes logísticos. Lula sempre se mostrou contra o sistema neoliberal, pois ele acreditava que esse sistema era incapaz de levar ao desenvolvimento e igualdade entre as nações. (CERVO; BUENO, 2015)

O Brasil teve um momento de importante crescimento no século XXI e enfim tornou-se um país globalista. E de acordo com Cervo e Bueno (2015), esse desenvolvimento se deu através da criação de modelos de estratégias para a inserção internacional brasileira, que engloba traços como o multilateralismo da reciprocidade e a internacionalização econômica. E ainda, segundo os autores, foram utilizados processos de integração que construíram uma integração no sul, que partiu da América do Sul e depois objetivou alianças com outras regiões, reforçando a ideia de construir um país globalista.

Das estratégias, a política exterior do Brasil toma impulso a partir do multilateralismo da reciprocidade, que se deu a partir da diplomacia e a internacionalização econômica. Isto ampliou as relações do Brasil com a América do Sul, e acabou transparecendo uma imagem enraizada e natural, como se este realmente fosse o lugar do Brasil.

Para Cervo e Bueno (2015), a mesma rede vem se ampliando, agora para o lado da África e dos países árabes. Estratégias diplomáticas foram executadas pelo presidente Lula, que visitou o continente africano uma dezena de vezes, além de promover pela primeira vez a cúpula paí-

ses africanos-América Latina, e por conseguinte, ter sido convidado de honra da Cúpula da União Africana. Vários programas foram criados em diferentes áreas (saúde, educação, infraestrutura, exportação, integração com o Mercosul, agricultura, entre outros). Já no caso das relações do Brasil com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foram privilegiados investimentos na área da cultura.

Para concluir, Vizentini (2008) destaca que a diplomacia petista foi tático-estratégica, e planejada com base em uma visão de longo alcance, tendo como prioridade em sua agenda a reestruturação do Mercosul e a integração sul-americana. E ainda, tornou-se prioridade o estreitamento da relação com a África, sob uma perspectiva solidária, para manter laços que associam princípios éticos e interesse nacional.

No governo Dilma Rousseff, é mantida a mesma estratégia centrada no regionalismo para promover as mudanças, além da inserção internacional para que o Brasil fosse cada vez mais regional, sul-americano e latino-americano, e ir obtendo uma maior dimensão global.

4. O acordo ortográfico de 1990 e a UNILAB

O Brasil teve presença marcada em comitês conjuntos, fóruns e reuniões ministeriais. O fóruns multilaterais com outros países em desenvolvimento, sobretudo os que fazem o diálogo Sul-Sul e também com a África. Isso fez com que o Brasil se aproximasse mais de engajamentos de iniciativas com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, e até mesmo sendo convidado em algumas reuniões da União Africana. Lula e o então presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, conceberam a Cúpula Sul-África (ASA) em 2005, que aconteceu durante uma visita oficial do então Presidente brasileiro, que tinha como objetivo aumentar o diálogo das relações entre América do Sul e África (IPEA; BM, 2010).

O Brasil sustentou projetos de cooperação com 38 países da África, sendo importante ressaltar que os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) foram os principais parceiros do continente. De acordo com Cabral (2011), os PALOP foram em 2010 o grupo de países que absorveram 74% dos recursos que foram direcionados a toda a África.

É possível observar que as maiores linhas de cooperação entre o Brasil e a África se deram principalmente entre os países de língua portuguesa. De acordo com o Catálogo “A Cooperação Técnica do Brasil

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

para a África” da ABC (2010) pode confirmar essa tendência, tendo as principais cooperações brasileiras prestadas para: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Esses países correspondem a 55% do volume de recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África.

Em 29 de setembro de 2008, por meio do Decreto nº 6.583, o Brasil promulga do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 1 de dezembro de 1990. O Brasil juntos aos outros países de língua portuguesa assinaram o acordo que visava a unificação da ortografia da língua portuguesa.

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional [...] (BRASIL. Decreto n. 6.583, 2008).

Em 20 de julho de 2010, Lula sancionou a Lei nº 12.289, instituindo a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como Universidade Pública Federal.

A Unilab com princípios bem definidos: a cooperação solidária entre povos. Foram feitos acordos para que a Universidade instalada no Brasil fosse alinhada à integração com a África, sobretudo, se tratando dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

5. Conclusão

Pudemos identificar, primeiramente, que o processo de formação das políticas se dá a partir da identificação de um problema sociolinguístico, e que através de um planejamento linguístico proposto pelo estado, se aplicarão políticas para atingir um objetivo preferido.

Desta forma, os governos dos Estados de língua portuguesa viram a necessidade de unificar a língua para superarem as distâncias linguísticas que existiam. Se trata de uma estratégia de política externa que possibilitaria uma mais cooperação entre esses países, principalmente com a

África, continente que o Brasil visou bastante durante os governos Lula e Dilma.

Deste modo, foi importante identificar que durante os governos PT, as estratégias de política externa se fixavam nas cooperações Sul-Sul, com a África e países em desenvolvimento. As políticas de diversificação e a partir de acordos multilaterais foram fortes neste período. O Brasil tomou uma posição de destaque no cenário internacional, não só por suas estratégias políticas, mas também devido a uma economia que andava bem.

Identificamos os dois principais feitos dos governos PT para as políticas linguísticas a nível internacional, que abrangeu os países lusófonos, que foram: a ratificação do acordo ortográfico de 1990 e a criação da UNILAB. Isso fez com que as relações do Brasil com os países lusófonos se intensificassem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC. *A Cooperação Técnica do Brasil para a África, 2010*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/abc/docs/CatalogoABCAfrica2010_P.pdf>. Acesso em: março de 2014.

ABC. *Acordos vigentes da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento – CGPD, 2014*. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/AcordosVigentes/CGPD>>. Acesso em: março de 2014.

BRASIL. *Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008*. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Brasília, DF, set. 2008.

CABRAL, Lídia. Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: Caracterização, tendências e desafios. In: *CINDES*. Rio de Janeiro, n. 26, 2011.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Trad. de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2007.

CAVALCANTE, T; LEITE, A. A Cooperação Brasileira para a África: da diplomacia presidencial de Lula da Silva à diplomacia comercial de Dilma Rousseff. In: *BJIR*, Marília, V. 5, n. 2, p. 342-70, mai/ago, 2016.

CERTEAU, Michel; JULIA, Dominique; REVEL, Jacques. *Une politique de la langue*. Gallimard, 1975.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 5. ed. rev. ampl., Brasília: UnB, 2015.

COOPER, Robert L. *La planificación lingüística y el cambio social*. Madrid: Cambridge University Press, 1997.

HAUGEN, E., Linguistics and Language Planning. In: Bright, W. (Org.). *Sociolinguistics*. La Haya: Mouton, 1966.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Políticas linguísticas e internacionalização: A língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, n. 52.2, p. 409-33, 2013.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.